

MILITARES DE BAIXA PATENTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA: OS PRIMEIROS MORADORES DAS FAVELAS CARIOCAS?

ROMULO COSTA MATTOS*

Articuladores vitoriosos e orgulhosos do golpe que pôs fim à monarquia no Brasil, os militares de alta patente, na virada do século XIX para o XX, sentiam os efeitos da perda do controle político para os setores cafeeiros de São Paulo. Mas, enquanto marechais, generais e almirantes se preocupavam com a diminuição de seu poder e prestígio no plano da política institucional brasileira, militares de baixa patente viviam no Rio de Janeiro outro tipo de problema, de ordem social: os efeitos da crise habitacional que assolou a cidade. Nesse contexto, muitos membros das Forças Armadas, proletarizados, subiram os morros e construíram “barracos” e “casebres” para abrigar a si e aos seus familiares. Além de apresentar indícios de que os militares de baixa patente estavam entre os primeiros habitantes das favelas cariocas, este artigo mostra como os mesmos acabaram sendo alvo de uma campanha sistemática da grande imprensa, no sentido estigmatizar os padrões comportamentais dos moradores desse tipo de assentamento habitacional. Dessa prática, identificamos uma questão curiosa nas páginas dos diários cariocas da Primeira República: seriam os militares que moravam em favelas defensores da pátria ou membros das “classes perigosas”?¹

I

O primeiro aspecto a ser abordado nesse texto diz respeito ao fato de que os militares de baixa patente estão relacionados com o surgimento das favelas cariocas. Entre 1893 e 1894, por exemplo, soldados que combateram a Revolta da Armada se instalaram no morro de Santo Antônio, no centro da cidade, sendo comprovadamente os seus primeiros moradores. Documentos oficiais mostram que, em 1897, já havia nesse morro 41 “barracões” construídos por praças do 7º Batalhão de Infantaria de Linha do

□□ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (USS).

¹ Nas últimas décadas do século XIX, era possível distinguir uma lógica dominante nos debates parlamentares brasileiros: “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (CHALHOUB, 1996: 22).

Exército, com autorização do Coronel Moreira César (ABREU, VAZ, 1991: 489). Quanto ao povoamento do morro da Providência, localizado na região portuária, é provável que tenha sido iniciado por ex-moradores do cortiço Cabeça de Porco, demolido por ordem do prefeito Barata Ribeiro, em 1893 (VAZ, 1986: 35). No entanto, a ocupação dessa colina só veio a ganhar características de adensamento e aglomeração em 1897, com a chegada de soldados que defenderam a República na Guerra de Canudos. Apesar da inexistência de documentos que comprovem esse episódio, geralmente considerado o mito de origem das favelas no Rio de Janeiro, há toda uma tradição oral que vai ao encontro de tal realidade.

O morro da Providência merece mais atenção, uma vez que nele a herança deixada pelos integrantes das Forças Armadas foi ainda mais forte. O próprio termo *favela* – tal como o entendemos nos dias de hoje – está relacionado com a chegada das tropas republicanas a essa colina. É necessário explicar que, no município de Monte Santo, na Bahia, as tropas oficiais se alojaram em torno do morro da Favela, que tinha esse nome, justamente, por ser coberto por uma planta conhecida como favela. A questão é que a estada dos soldados da União ali acumulou baixas e desmoralizou a expedição (CUNHA, 2000: 362). Como uma parte dos combatentes retornados ao Rio de Janeiro se alojou no morro da Providência, com o passar do tempo, ele também passou a ser chamado pela população da cidade de morro da Favela. Se essa mudança de nome pode ser observada na grande imprensa por volta de 1902, a forma substantivada e com f minúsculo da palavra *favela* apareceria somente em meados década de 1920 (ABREU, 1994: 40).

Folheando os jornais da Primeira República, é possível encontrar alusões à presença dos veteranos de Canudos no morro da Favela, o que geralmente se dava de forma pejorativa. Em 1909², o *Correio da Manhã* escreveu sobre o ex-praça do exército Julio de Souza Arruda, de 27 anos, “que diz ser um dos heróis de Canudos”.³ O texto ironizava esse “homenzinho [que] tem um gênio levado de todos os diabos”. Segundo o

² Contextualizando, esse ano correspondeu ao auge da estigmatização imposta pelos jornalistas aos moradores das favelas. Nele observamos a alta dos aluguéis combinada com o aumento do custo dos gêneros alimentícios e a eclosão de uma revolta popular motivada pela alteração no trajeto dos bondes da *Light*. Desde 1908, as greves haviam retomado um ritmo ascendente, tendo culminado em 1912 e 1913 com a campanha contra a carestia, a reorganização e o congresso operários e a luta contra o desemprego (MATTOS, 2004: 72-87).

³ *Correio da Manhã*. “Um herói de Canudos – Feriu-se cheio de raiva”. 26 de janeiro de 1909.

periódico, o fato de Julio não ter conseguido iniciar uma briga com “um rixento como ele [...] revoltou-lhe o sangue escaldante e pior ficou ingerindo copos de paraty”.⁴ Note-se aqui a associação da suposta agressividade do ex-militar e morador do morro com o álcool – lembrando que a campanha contra o consumo dessa substância foi uma constante na Primeira República, tendo envolvido preocupações médicas e policiais (MENEZES, 2005). Seja como for, “bêbedo e a chorar de raiva por não encontrar o outro, Julio que se achava no morro da Favela, vingou-se em seu próprio corpo golpeando com diversos talhos o braço direito”.⁵

Percebamos no trecho acima que o repórter incluiu o nome do morro da Favela na narrativa para dar relevância à reportagem e prender a atenção dos leitores, acostumados que estavam com as notícias de desordem envolvendo a localidade. No encerramento do texto, lemos que, “Tinto de sangue”, Julio foi preso e depois conduzido para o Posto Central da Assistência, onde o médico Augusto Costallat “teve ocasião de apreciar quanto valia a língua desbragada do pavoroso caboclo”.⁶ Portanto, a referência racial não foi esquecida, tendo aparecido na última linha da matéria.

Um detalhe nessa reportagem é que não podemos acreditar na afirmação de que o ex-praça feriu o próprio braço por não ter encontrado uma pessoa com quem pudesse brigar. Provavelmente, Julio ocultou o nome de seu agressor, por ter preferido a “privatização” do conflito. Devido à descrença de que as autoridades policiais e judiciais pudessem arbitrar seus conflitos, os trabalhadores recorriam à “resolução de acordo com as regras de comportamento próprias do grupo sociocultural em questão” (CHALHOUB, 2001: 304).

Voltemos então à década de 1890, que foi marcada por distúrbios políticos, interdições e demolições de cortiços e crise habitacional. Nela os militares de baixa patente iniciaram ou adensaram a ocupação das primeiras favelas surgidas no Rio de Janeiro, sendo elas o morro de Santo Antonio e o morro da Providência, mais tarde chamado de morro da Favela. É possível encontrar na grande imprensa indícios ou mesmo provas de que os soldados rasos criaram ou integraram a primeira leva de moradores de favelas que se encontravam distantes do perímetro central da cidade.

⁴ *idem.*

⁵ *Correio da Manhã. op. cit.*

⁶ *idem.*

Em 1907⁷, o *Correio da Manhã* enviou uma equipe para conhecer o morro da Babilônia, localizado no bairro do Leme. O autor da matéria conversou com o morador João Carlos de Andrade, ex-praça do batalhão de engenheiros, que servia como ordenança do coronel Muniz Freire. “Tendo baixa e não podendo com a carestia de vida na cidade recolheu-se com a sua companheira”.⁸ O homem vendia bengalas de pequiá, produzidas pelo próprio, enquanto a sua companheira vendia em Copacabana aipim, batatas e frutas extraídas da horta do casal.

O repórter travou contato também com o pernambucano Antonio José Bernardo, outro ex-praça do batalhão de engenheiros, que era “*um dos mais antigos moradores da montanha*” (grifo nosso). Veterano, tendo participado das campanhas do Uruguai e do Paraguai, sofria de reumatismo: “Que quer, meu senhor? aquela vida danada, às vezes toda uma noite nos banhados com água até a cima, à espera do inimigo...”. O interessante é que sua companheira, “uma cabocla rio-grandense”⁹, deixara o sul com um marinheiro, que morreu no Rio de Janeiro.

Essa mulher não era a única no morro que perdera um companheiro militar na capital federal. O já citado João Andrade, ao ser perguntado sobre os seus vizinhos, respondeu: “Aqui perto mora uma muié, viúva d’um sordado; vive com o fio trabaiando na roça. Boa gente”.¹⁰ Note-se que o redator teve a intenção de aproximar o vocabulário dos habitantes da colina aos dos sertanejos. Era difundido o pensamento de que as favelas seriam, no melhor jargão euclidiano, *sertões* em plena capital federal.¹¹ O mais intrigante foi a suposta relação estabelecida por aquele homem entre a forma de ocupação do morro da Babilônia e o cotidiano dos militares: “aqui p’ra cima, como isto

⁷ Nessa conjuntura, os jornalistas já trabalhavam com a ideia de que as reformas urbanas haviam provocado a expansão das favelas na cidade. As matérias sobre esse tipo de assentamento habitacional assumiram um tom mais agressivo, ao mesmo tempo que ele passava a ser a principal representação de moradia popular – condição que antes pertencia aos cortiços. O Estado também começou a se preocupar mais com a ocupação dos morros pelos trabalhadores: os habitantes do morro da Favela, por exemplo, foram intimados pelo diretor geral de Saúde Pública Oswaldo Cruz a abandonarem suas casas, que seriam demolidas. A resistência dos primeiros, além de ter impedido a concretização de tal medida, colocou o tema das favelas no primeiro plano dos noticiários – o que explica a publicação da matéria que analisaremos a seguir (MATTOS, 2004: 58-72).

⁸ *Correio da Manhã*. “No morro da Babilônia”. 02 de julho de 1907. Data citada por Abreu (1994: 38).

⁹ *idem*.

¹⁰ *idem*.

¹¹ Licia Valadares afirmou que o “mito de Canudos” esteve presente em várias descrições realizadas sobre as favelas na Primeira República (VALLADARES, 2000: 09-12).

já teve baterias, é assim como um veterano, é milita reformado. A gente chega, escoie um canto, finca os esteio, barreira e fica morando”.¹²

Embora, é claro, não possamos garantir a fidelidade da reprodução dos depoimentos dos moradores pelo jornalista, o *Correio da Manhã* se preocupou em comprovar a veracidade das personagens e paisagens abordadas na reportagem com a farta publicação de fotos. Mesmo se aceitarmos a hipótese de que tais depoimentos foram deliberadamente inventados pelos repórteres¹³, ainda assim seria significativa a insistência do periódico no tema dos militares reformados no morro...

Passemos da zona sul para a zona norte do Rio de Janeiro, e da década de 1900 para a de 1910, quando surgiram diversas favelas no tecido urbano da cidade, que apresentavam em comum a localização nas encostas dos morros e a proximidade de importantes fontes de emprego. Em 1916, o *Correio da Manhã* denunciou o surgimento de uma favela em plena Vila Militar. Segundo o jornal, a inação das autoridades civis e do Exército estava fazendo das aldeias regimentais “pontos perigosos para a ordem e também em foco de moléstias pela falta de higiene e imundície que ali se nota”.¹⁴ Nessa passagem, vemos a união da retórica da segurança com a da saúde pública, sendo que os pobres podiam ser perigosos também pelo risco que ofereceriam à higiene da cidade. Por essa razão, o jornal pedia “ao digno coronel Monteiro de Barros que lance suas vistas para os lados da Olaria, onde se estão formando uma verdadeira Favela, constituída por praças dos regimentos de infantaria e artilharia”.¹⁵ Percebamos que a palavra *Favela* foi escrita com f maiúsculo, como referência ao morro da Favela, considerado pela grande imprensa o principal território das “classes perigosas” na capital; utilizá-lo como exemplo podia garantir o entendimento correto do conteúdo do texto pelo público consumidor de notícias, de acordo com as intenções do autor.

Cabe enfatizar que essa reportagem antecipa uma problemática que iremos explorar mais detalhadamente no próximo tópico deste artigo: muitas vezes, longe de serem abordados pela grande imprensa como defensores da pátria, os militares que

¹² *Correio da Manhã*. “No morro da Babilônia”...

¹³ Podemos ler em um romance de Lima Barreto a afirmação de que, nessa época, o jornalista “possuía uma imaginação doentia”. BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976. p. 127.

¹⁴ *Correio da Manhã*. “A Vila Militar e a sua Favela”. 07 de janeiro de 1916.

¹⁵ *idem*.

moravam em favelas eram tratados como integrantes das “classes perigosas”. O periódico salientava “o estado de anarquia e imoralidade que dominam na aldeia do 2º regimento de infantaria, para onde tem ultimamente afluído toda a escória que tem sido corrida do 10º regimento de infantaria”. E encerrava a matéria com o pensamento de que o morro do Capão seria “coito de tudo que é ruim e pernicioso”, uma vez nele ocorreriam “atos criminosos e imorais [de] desertores [e] analfabetos”.¹⁶

Os ataques contra os moradores da Vila Militar, citados no parágrafo anterior, devem ser analisados mais detalhadamente. Em primeiro lugar, vemos a menção a um “estado de anarquia”; ou seja, os militares eram associados a uma vertente política que era vista pelas classes dominantes como a principal promotora da desordem no país, uma flor exótica em meio à suposta índole pacífica do trabalhador brasileiro. Não obstante, o criminologista italiano Cesare Lombroso afirmou em seus estudos que os anarquistas seriam criminosos natos, em virtude de um desvio de histeria dos mesmos (SAMIS, 2002). Em segundo, observamos a referência à “imoralidade” de tais soldados, uma acusação relevante em um contexto de tentativa de imposição dos padrões e valores burgueses à população. Em terceiro, assistimos à denúncia de que haveria “desertores” no morro do Capão, o que era recorrente em relação às favelas. De fato, era grande o número de deserções na cidade, o que se relacionava com a aversão popular ao serviço militar, explicada, entre outros motivos, pela continuidade da aplicação dos castigos físicos aos soldados (NASCIMENTO, 2008: 97-98). Por fim, notamos a alusão aos “analfabetos”, os quais também poderiam constituir perigo para as elites, conforme Olavo Bilac (apud PEREIRA, 2002: 110) escreveu por ocasião da Revolta da Vacina: “Quem não sabe ler [...] não é homem, é um instrumento passivo e triste, que todos os espertos podem manejar sem receio”.

II

Presente na reportagem acima analisada, a estigmatização dos militares que moravam em favelas era uma prática comum nos jornais da Primeira República, conforme veremos neste tópico. Antes de aprofundarmos essa reflexão, é importante perceber que era disseminada a ideia segundo a qual os soldados rasos compunham uma parcela significativa da população das favelas. Ao refletir sobre a pobreza no Rio de

¹⁶ *idem.*

Janeiro do início da década de 1920¹⁷, Lima Barreto referiu-se aos “soldados e lavadeiras da Favela”.¹⁸ Portanto, mesmo descrevendo em poucas palavras os habitantes desse morro, o cronista não deixou de mencionar os militares de baixa patente. Outro intelectual militante da classe trabalhadora abordou os soldados que residiam em favelas, sem a intenção de estigmatizá-los. A respeito do morro de Santo Antonio, Evaristo de Moraes afirmou, em 1909: “Assim se confundem na mesma desmoralizadora penúria, os representantes da nossa força armada, com certos miseráveis que vão esconder naquelas choupanas a hediondez de suas vidas”.¹⁹ Note-se que o objetivo do chamado advogado dos operários era denunciar a situação, no seu entender degradante, dos integrantes das Forças Armadas em tal colina. Por essa razão, ressaltou que os mesmos viveriam “esquecidos de todos os preceitos da Higiene, vitimados por toda sorte de degradações físicas e morais”.²⁰

A questão é que, conforme afirmamos, os pobres eram considerados perigosos não apenas pelo risco que ofereciam à ordem, mas também à higiene pública, considerando-se as históricas epidemias que assolavam a cidade do Rio de Janeiro, principalmente no verão. Ou seja, mesmo escrevendo com a finalidade de defender os militares que moravam no morro de Santo Antonio, ao reproduzir os postulados higienistas, Evaristo de Moraes reforçava o pensamento de que tais pessoas pertenceriam às “classes perigosas”. Convém então não perder de vista os discursos pejorativos sobre os membros das Forças Armadas que habitavam as favelas.

A seguir, analisaremos três reportagens sobre o morro da Favela – publicadas na primeira década do século XX pelo *Correio da Manhã* –, para vermos em detalhes como os militares de baixa patente podiam ser considerados nocivos à capital da República. Em abril de 1905²¹, a matéria intitulada “Tentativa de assassinato”

¹⁷ Nesse decênio, o processo de favelização na cidade se tornou “multidirecional e incontrollável” (ABREU, 1994: 38). Esse fenômeno foi incrementado pela compra de lotes pelo trabalhador suburbano para a realização da chamada autoconstrução (RIBEIRO, 1997: 197-198).

¹⁸ BARRETO, Lima. “O Prefeito e o povo”. In: BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 117. (*Careta*, 15 de janeiro de 1921).

¹⁹ *Correio da Manhã*. “A habitação”. 02 de junho de 1909.

²⁰ *idem*.

²¹ Nesse ano, os impactos sociais das reformas urbanas começaram a ser percebidos mais nitidamente por diversos setores da sociedade. Houve, sobretudo, um forte clamor popular relacionado com o agravamento da crise de moradias. Os reflexos da insatisfação dos trabalhadores – que, durante o governo de Rodrigues Alves, passaram a ter nas greves uma nova estratégia de luta – podem ser vistos

anunciava com dramaticidade: “Um amante desprezado, vendo-se ferido do seu amor próprio não trepidou em, com uma arma assassina, tentar por termo aos duros sofrimentos que lhe invadiam a alma apaixonada, despertando contra si, ao mesmo tempo, o mais profundo rancor”.²² É nítida, portanto, a forma romanceada com o que o jornalista iniciou sua reportagem.

O agressor José Francisco era natural da Paraíba do Norte, onde verificara praça no 23º Batalhão de Infantaria. No Rio de Janeiro, “Amasiou-se com uma linda rapariga” chamada Luiza Baptista da Silva, com quem foi residir no Beco dos Melões, no morro da Favela. Segundo o *Correio da Manhã*, com o tempo vieram as brigas e, vez ou outra, o nordestino ofendia sua companheira com toda a sorte de impropérios e tentava espancá-la. A narrativa do ataque de José Francisco a sua “amásia” seguia os romances naturalistas, uma vez que o homem se deixava guiar pelos instintos biológicos: “Com um olhar brilhante, fulo de raiva, Francisco tentou fazê-la calar e sacando da tesoura, de que se achava armado, cravou-a no ombro direito da infeliz, penetrando a arma cerca de quatro polegadas”. O periodista contava o desenrolar da história como se estivesse presente no momento da contenda: “Um grito de dor irrompeu dos lábios da pobre vítima que, numa luta horrível, tentava arrancar a arma das mãos do estúpido assassino!”²³

Vale observar que, mesmo não tendo matado sua companheira, José Francisco foi taxado de “estúpido assassino”. Mais adiante, o autor da matéria enfatizou o derramamento de sangue, o elemento por excelência da narrativa sensacional: “A infeliz caiu por terra, banhada num lago de sangue”. A emoção não parou por aí, tendo o repórter guardado mais uma novidade para o leitor. Eis que apareceu em socorro à vítima a vizinha Maria Antonieta: “Atracaram-se ambos numa titânica luta, Francisco, com uma agilidade indescritível, vibrou-lhe um profundo golpe nas costas, fugindo em seguida”.²⁴ Vemos na sugestão de uma “agilidade incrível” mais uma influência dos romances naturalistas, posto que o agressor parecia ter os reflexos de uma fera, provavelmente, de um felino.

na campanha pela construção de casas “higiênicas” promovida pela grande imprensa e na movimentação do Estado em torno do tema da habitação (MATOS, 2008: 45-53).

²² *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”. 23 de abril de 1905.

²³ *idem*.

²⁴ *idem*.

Mesmo ferida, Maria Antonia correu para a rua, gritando por socorro. Alguns vizinhos, que já haviam corrido para o local, prestaram os devidos socorros às duas vítimas, enquanto outros corriam ao encalço do “criminoso”. A narrativa se encerrava com a captura de José Francisco, realizada por outro militar que morava no morro: “A descer a ladeira, numa carreira vertiginosa, com as vestes tintas de sangue e rotas, foi ele surpreendido pela praça do 10º batalhão de infantaria José Joaquim da Costa e os srs. João Jorge Vidal, Julio de Andrade Bastos e Francisco Pereira de Lima que, agarrando-o, conseguiram prendê-lo”. O redator lançou mão de uma descrição do “criminoso”, em que ressaltava a sua ligação com as Forças Armadas: “Tipo perfeito de nortista, rosto quadrado, cabeça grande e um tanto achatada, cabelos encaracolados, olhos vivos, tem Francisco uma entonação particular na fala, deixando a cada momento escapar frases que [definem] perfeitamente a mais antiga posição de soldado”.²⁵

No trecho acima, podemos perceber também resquícios da frenologia de Lombroso.²⁶ Baptistina foi atendida em uma farmácia e depois encaminhada para sua casa, enquanto Maria Antonieta apresentou ferimento sem gravidade. Já Francisco foi remetido para a Detenção. Note-se que o estardalhaço feito pelo *Correio da Manhã* com a ocorrência policial, “uma cena de sangue emocionante”,²⁷ não correspondia à gravidade do conflito. Vemos, inclusive, que Baptistina foi socorrida em uma farmácia, não tendo sido necessário levá-la à Santa Casa; portanto, os seus ferimentos também foram leves.

Fica evidente o objetivo da grande imprensa de dar ênfase aos conflitos ocorridos nas favelas no contexto das reformas urbanas, movimento em que os militares de baixa patente foram incluídos, de forma negativa. Embora criticasse fervorosamente as obras de renovação espacial empreendidas por Pereira Passos e Rodrigues Alves, o *Correio da Manhã* não poupou os trabalhadores do estigma das “classes perigosas”. Outra briga conjugal ocorrida no morro da Favela teve como protagonistas Amélia de Brito e Alfredo Ramos da Silva, ex-praça do 16º Batalhão de Infantaria na Bahia e, na época da reportagem, praça do 10º Batalhão de Infantaria da capital da República. O sonho do casal de se mudar para o Rio de Janeiro foi concretizado quando o pedido de

²⁵ *idem*.

²⁶ O criminologista italiano achava que o tipo físico do criminoso era tão previsível que seria possível delimitá-lo de forma objetiva (SCHWARCZ, 1993: 49, 166).

²⁷ *Correio da Manhã*. “Tentativa de assassinato”...

transferência de Alfredo foi aceito pelo Exército. De acordo com o *Correio da Manhã*, os dois viviam na Bahia “em completa paz, já pelo procedimento bom da moça, já pelo carinho que ela dispensava a seu companheiro”.²⁸

Em apenas 15 dias de Rio de Janeiro, o casal brigou seriamente, por um motivo claro: “Chegados eles a esta capital, foram residir no morro da Favela [...] lugar viciado [...] quase não se respeita quem lá reside”. Nessa localidade estigmatizada pelo jornal, Alfredo teria passado a desconfiar do comportamento de sua companheira: “Depois de aí estabelecidos, começou Alfredo a cismar que sua companheira não estava procedendo como dantes”. A agressividade do homem contrastava com a serenidade da vítima: “Esta, como tivesse a consciência tranqüila, respondeu às suas interrogativas, ao que Alfredo, mais indignado ainda, armou-se de uma enxada e, sem dó nem piedade, começou a esbordoá-la”.²⁹

Os gritos da moça atraíram diversas pessoas, entre as quais David Ribeiro, também praça, embora do 23º Batalhão de Infantaria. A disputa entre a polícia e o Exército aparece sutilmente na narrativa do desfecho desse caso. David Ribeiro levou o seu colega agressor para o quartel. No entanto, o delegado da 9ª Delegacia urbana requisitou ao Exército o comparecimento de Alfredo Ramos da Silva, para que esse prestasse depoimento. Após ser autuado em flagrante, Alfredo foi novamente removido para o seu Batalhão.³⁰ Cabe o esclarecimento de que oficiais das Forças Armadas intervinham frequentemente e perturbavam a rotina da atividade policial. A prisão de um desordeiro podia ser tumultuada pela aparição repentina de um militar a interceder pelo suposto criminoso, disposto a fazer valer a autoridade de seu cargo. Um problema comum na ação policial ocorria quando um preso ou envolvido, vestido à paisana, declarava ser oficial do exército, sem disso apresentar prova (BRETAS, 1997: 58).

Essa reportagem do *Correio da Manhã* levantou um aspecto que não pode passar despercebido: a ideia de que Alfredo Ramos da Silva seria uma “perversa praça”.³¹ Vemos nessa frase que a grande imprensa deflagrara o processo de estigmatização dos militares que residiam em favelas. O problema aqui é que os portadores do estigma não

²⁸ *Correio da Manhã*. “Amante feroz – Quase morta – No morro da Favela”. 25 de junho de 1905.

²⁹ *idem*.

³⁰ *idem*.

³¹ *idem*.

são considerados completamente humanos, motivo pelo qual se constrói uma ideologia para explicar sua inferioridade e dar conta do perigo representado. Racionaliza-se, assim, uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social (GOFFMAN, 1978: 14-15).

Em termos de discursos negativos contra os moradores dos morros cariocas, o exemplo mais contundente foi a matéria intitulada “Os dramas da Favela”³², de 1909, ano que correspondeu ao auge dos ataques da grande imprensa contra tais pessoas, conforme dissemos. Na introdução da reportagem, o *Correio da Manhã* publicou que o morro da Favela seria a “aldeia do mal” e também o “endemoninhado vilarejo”, entre outras ofensas. Nesse caso, além da sugestão de que a colina seria um povoado primitivo situado à margem da capital (“aldeia” e “vilarejo”) – no que podemos entrever a manifestação de uma distância simbólica –, cabe apontar que o demônio é o mal supremo na tradição cristã (“endemoninhado”).

A associação do morro ao cotidiano dos militares de baixa patente foi bastante pejorativa: “A Favela é o grande mercado da prostituição barata, é o porto de *rendez-vous* da soldadesca”.³³ Vale dizer que a prostituição era vista como um mal moral e sanitário; com a modernização, o saber médico condenou essa prática por ser um dos aspectos que expressariam o perfil caótico e colonial da cidade (ENGEL, 1989). Nessa perspectiva, os membros das Forças Armadas engrossariam a massa dos “*habitués* da Favela”³⁴, entendidos como aqueles que “decidem ali todas as suas pendências, com um duelo à faca ou com dúzia e meia de tiros de revólver”. Na condição de moradores ou frequentadores do morro, os soldados rasos dariam sua contribuição aos “dias de muito sangue, [às] tardes de refrega, em que há tripas humanas expostas ao sol ou à lua”.

O episódio que inspirou essas linhas agressivas foi protagonizado pelo corneteiro do Exército Manoel Nogueira da Silva, que matou a golpes de navalha o soldado da polícia Isidro José dos Santos. Também envolvido no conflito, Manoel Sant’Anna, cuja profissão não foi informada pelo jornal, saiu ferido à bala. O assassino foi encontrado por acaso pela polícia. De passagem pela Rua dos Arcos, no bairro da Lapa, o militar se vangloriou por ter dado uma navalhada “nas tripas de um meganha

³² *Correio da Manhã*. “Os dramas da Favela”. 05 de julho de 1909.

³³ *idem*.

³⁴ *idem*.

que com ele se metera em um conflito na Favela”.³⁵ Através de uma rede de comunicações aparentemente desprezível, a polícia tomou conhecimento dessa autopropaganda e chegou até Silva. Baleado, Sant’Anna preferiu a “privatização” do conflito: afirmou que não sabia por quem havia sido atingido, pois se tratava de uma bala perdida. Já os outros presos disseram que não conheciam a pessoa que morreria.

Esse parece ter sido mais um conflito resultante da rivalidade que opunha polícia e Exército no Distrito Federal. A transitividade existente entre a população marginal e o serviço militar garantia uma permanente antipatia dos inferiores das Forças Armadas contra os policiais (BRETAS, 1994: 55). Além de uma caprichada introdução, a reportagem “Os dramas da Favela”³⁶ também tinha uma espécie de conclusão, na qual “as tradições da aldeia da morte” eram ressaltadas: “Eis como a Favela recolheu mais uma página para a sua história vermelha – mandando para outros mundos um desgraçado soldado [...] e pondo em risco de ter igual fim um outro homem, que talvez já não pertença ao número dos vivos”. Sendo o terror o espaço do medo, o morro da Favela ganhava vida e se personificava. Transformada em uma personagem criminosa, a localidade virava protagonista de um folhetim policial: o jornalista escreveu as palavras “história” e “página”.³⁷

III

No entender das classes dominantes, não haveria lugar para as favelas em uma cidade-capital, que tinha por função exercer o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro de poder e lugar de memória (SILVA, 2004: 09). Por esse motivo, os diários cariocas promoveram campanhas sistemáticas contra a permanência desse tipo de assentamento habitacional no Rio de Janeiro, nas quais os seus moradores foram tratados como membros das “classes perigosas”. Nesse movimento, foram também estigmatizados os homens das Forças Armadas que, pauperizados, subiram os morros em busca de uma moradia barata ou mesmo sem custo – lembrando que a Primeira República foi o período em que a crise habitacional assumiu grandes proporções no Distrito Federal.

³⁵ *idem.*

³⁶ *Correio da Manhã*. “Os dramas da Favela”...

³⁷ *idem.*

Segundo a grande imprensa, esse seria o problema número um da época. É importante frisar que, historicamente, havia uma percepção social negativa em torno dos militares de baixa patente. No século XIX, o recrutamento forçado levava para os quartéis aqueles que apresentavam um ônus social, sendo assim merecedores de punição. Nesse sentido, “para a maior parte dos homens livres, fosse ela rica ou pobre, o serviço militar não era lugar de pessoas ‘honradas’, cidadãs, proprietárias e trabalhadoras” (NASCIMENTO, 2008: 88). Embora aquele sistema de alistamento arbitrário tenha sido interrompido a partir de 1874, nas primeiras décadas do século XX, ainda era permitido o ingresso de homens levados pela polícia por vadiagem, contravenção e pequenos crimes. O interessante é que o novo método adotado, o sorteio militar, era atravessado por critérios que favoreciam a exclusão de indivíduos mais ricos (NASCIMENTO, 2008: 101). Portanto, as Forças Armadas arregimentavam homens para complementar suas tropas entre os filhos da classe trabalhadora.

Em resumo, os jornalistas apenas potencializaram um antigo preconceito – contra os militares de baixa patente –, ao conectá-lo a uma novíssima e já poderosa intolerância na cidade – em relação aos moradores das favelas. Dessa prática, evidenciou-se nas páginas dos diários uma questão intrigante: os homens que tinham como função defender as instituições e a soberania do país eram tratados como um risco à segurança e à higiene de sua capital, o Rio de Janeiro. Na condição de “classes perigosas”, os soldados que moravam em favelas eram então apresentados pelos repórteres como um rosto “homogêneo, identitário, uno e, portanto, imutável” (COIMBRA, 2001: 250). Eram também considerados o “outro” indesejado, em um contexto marcado pela condenação dos hábitos relacionados à sociedade tradicional, pela negação da cultura popular, pela expulsão dos trabalhadores do centro da cidade e pela promoção ostensiva do cosmopolitismo (SEVCENKO, 1999: 30). Eram, por fim, enquadrados em um tipo de discurso que justificava a negação da cidadania a uma parcela significativa dos trabalhadores da época: “essa gente não tem deveres nem direitos em face da lei”, dizia aquela reportagem sugestivamente batizada de “Os dramas da Favela”.³⁸

³⁸ *idem.*

FONTES

JORNAIS E REVISTAS:

Careta – 1921.

Correio da Manhã – 1905, 1907, 1909, 1916.

LITERATURA:

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

BARRETO, Lima. “O Prefeito e o povo”. In: BARRETO, Lima. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Mauricio de Almeida; VAZ, Lilian Fessler. Sobre as origens da favela. *IV Encontro Nacional da ANPUR*, Salvador, 1991.

ABREU, Mauricio de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas no Rio de Janeiro. *Espaço & Debates*, São Paulo, v.14, n. 37, 1994.

BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora; Publifolha, 2000.

ENGEL, Magali Gouveia. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MATTOS, Romulo Costa. *A “aldeia do mal”. O Morro da Favela e a construção social das favelas durante a Primeira República*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos Pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MENEZES, Ary Fialho de. *Aspectos Médicos e legais da luta anti-alcoólica no Rio de Janeiro, entre 1915-1940. A construção de demandas e de objetos de saber*. Monografia (Especialização em Assistência a Dependentes de Álcool e outras Drogas) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiros. *Dos cortiços aos condomínios fechados. As formas da produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: Fase, 1997.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia. Anarquismo, Sindicalismo e Repressão Política no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Imaginário/Achiamé, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Marly Motta. *Rio, cidade-capital*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

VALLADARES, Maria Licia do Prado. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, out., 2000.

VAZ, Lilian Fessler. Notas sobre o Cabeça de Porco. *Revista do Rio de Janeiro*, Niterói, vol. 1, n. 2, 1986.